

Sumário

▶ Abreviaturas	15
▶ Lei do Mandado de Segurança – Lei 12.016, de 7 de Agosto de 2009	17
Art. 1º	17
1. Âmbito temático da norma.....	17
2. Antecedentes históricos.....	18
3. Direito líquido e certo. Prova pré-constituída.....	22
4. Natureza jurídica do direito líquido e certo.....	27
5. Cabimento residual	28
6. Ilegalidade ou abuso de poder	30
7. Pessoa física ou jurídica.....	32
8. Mandado de Segurança repressivo ou preventivo.....	37
9. Controle preventivo de constitucionalidade.....	38
10. Autoridades públicas e equiparações.....	43
11. Atos de gestão comercial	46
12. Competência	51
Art. 2º	71
1. Autoridade coatora federal.....	72
Art. 3º	72
1. Substituição processual em Mandado de Segurança	73

Art. 4º	75
1. Uso de telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.....	75
Art. 5º	76
1. Atos em relação aos quais não cabe Mandado de Segurança .	77
2. Ato em face do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo.....	77
3. Ato de conteúdo jurisdicional	82
4. Peculiaridades do Mandado de Segurança em matéria penal.	88
5. Veto ao parágrafo único	90
Art. 6º	90
1. Petição Inicial.....	91
2. Documento necessário em poder de autoridade pública	92
3. Indicação da autoridade coatora	94
4. Erro na indicação da autoridade coatora.....	96
5. Competência nos casos de delegação administrativa.....	97
6. Teoria da encampação	98
7. Veto ao §4º.....	100
8. Denegação nos casos sem mérito e possibilidade de renovação da impetração	101
Art. 7º	104
1. Providências iniciais.....	105
2. Medida liminar em Mandado de Segurança.....	106
3. Agravo de instrumento contra a decisão liminar	108
4. Duração temporal dos efeitos da decisão liminar.....	109
5. Prioridade do processo após a concessão de medida liminar..	112
6. Hipóteses em que não se admite a concessão de medida liminar.....	113

Art. 8º	117
1. Perempção ou caducidade da medida liminar	117
Art. 9º	118
1. Comunicação do órgão administrativo superior e do órgão de representação judicial	118
Art. 10	119
1. Indeferimento liminar da petição inicial	120
2. Cabimento de apelação	121
3. Limitação do litisconsórcio ativo	122
Art. 11	125
Art. 12	125
Art. 13	125
1. Outras providências e notificações	125
2. Intervenção do Ministério Público	126
Art. 14	129
1. Sentença no Mandado de Segurança	130
2. Natureza personalíssima do Mandado de Segurança	130
3. Desistência no Mandado de Segurança	132
4. Recurso contra a sentença	136
5. Cumprimento da sentença	142
6. Decisão que determina o pagamento de vantagens pecuniárias a servidores públicos	144
7. Pagamento pela sistemática dos precatórios	149
Art. 15	151
1. Suspensão da liminar ou da segurança. Legitimidade ativa	152
2. Causa de pedir da Suspensão	152
3. Competência para análise da Suspensão	153
4. Cabimento de agravo interno	153

5. Decisão liminar na Suspensão.....	154
6. Possibilidade de requerimento conjunto de Suspensão de várias decisões liminares.....	154
7. Suspensão em outros atos normativos.....	154
Art. 16	159
1. Condução do processo pelo relator	159
2. Sustentação oral	162
3. Agravo interno.....	163
Art. 17	163
Art. 18	163
Art. 19	163
Art. 20	163
1. Publicação das notas taquigráficas.....	164
2. Recursos cabíveis.....	164
3. Possibilidade de ajuizamento de nova ação.....	165
4. Prioridade de julgamento.....	166
Art. 21	166
Art. 22	167
1. Mandado de Segurança Coletivo.....	167
Art. 23	173
1. Prazo decadencial para a impetração.....	173
2. Consequência da inobservância do prazo decadencial.....	177
3. Termo inicial do prazo.....	179
4. Redução ou supressão de valores recebidos por servidores públicos	182
5. Termo inicial nos casos de exclusão de candidato de concurso público.....	182

Art. 24	184
1. Litisconsórcio no Mandado de Segurança	184
2. Intervenção de terceiros no Mandado de Segurança	184
3. <i>Amicus curiae</i> no Mandado de Segurança.....	187
Art. 25	192
1. Impossibilidade de embargos infringentes	192
2. Impossibilidade da condenação ao pagamento de honorários advocatícios	195
Art. 26	199
Art. 27	200
Art. 28	200
Art. 29	200
1. Disposições finais.....	200
► Lei do Mandado de Injunção – Lei 13.300, de 23 de Junho de 2016.....	201
Art. 1º	201
Art. 2º	201
1. Âmbito temático da norma.....	201
2. Ausência de norma regulamentadora.....	202
3. Autoaplicabilidade do art. 5º, LXXI, da CRFB/88	217
4. Diferenças em relação à Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão	218
Art. 3º	227
1. Legitimidade ativa.....	227
2. Legitimidade passiva	229
Art. 4º	230
1. Petição Inicial.....	230

2. Documento necessário em poder de autoridade pública	232
3. Competência	232
Art. 5º	241
1. Providências iniciais.....	242
Art. 6º	243
1. Indeferimento liminar da petição inicial.....	244
2. Cabimento de agravo interno	245
Art. 7º	246
1. Intervenção do Ministério Público.....	246
Art. 8º	248
Art. 9º	248
Art. 10	248
Art. 11	249
1. Decisão no Mandado de Injunção.....	249
2. Teorias sobre a eficácia objetiva	256
3. Eficácia subjetiva da decisão.....	259
4. Ação de Revisão.....	261
5. Superveniência da norma regulamentadora	261
6. Recursos.....	265
Art. 12	265
Art. 13	266
1. Mandado de Injunção Coletivo.....	266
Art. 14	267
1. Aplicação subsidiária das normas processuais civis e das regras do Mandado de Segurança	267
Art. 15	270